

Considerando que o terreno foi expropriado por utilidade pública, conforme despacho n.º 25 375/2009, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 225, de 19 de Novembro de 2009;

Considerando, ainda, que a DGADR apresentou proposta de medidas compensatórias nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, para arborização com sobreiro em cerca de 2,50 ha, em área que possui as condições edafoclimáticas adequadas, na Mata Nacional da Quinta da Nogueira, gerida pela Autoridade Florestal Nacional (AFN):

1 — É declarada a imprescindível utilidade pública deste empreendimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho.

2 — A autorização para o abate dos sobreiros fica condicionada, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, à aprovação e à implementação do projecto de compensação e respectivo plano de gestão e ao cumprimento das condicionantes e medidas mitigadoras constantes do parecer da comissão de acompanhamento do estudo de impacte ambiental.

16 de Julho de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

203503844

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 12023/2010

O Regulamento do Regime de Fruta Escolar (RFE), aprovado pela Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, prevê que a ajuda respeitante aos custos elegíveis é paga até ao limite do montante fixado anualmente por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelos sectores da agricultura, da educação e da saúde, considerando o número de alunos inscritos no ano lectivo anterior indicados pelos estabelecimentos de ensino aderentes, uma vez decidida a dotação definitiva da ajuda comunitária prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 288/2009.

Tratando-se do primeiro ano de implementação do RFE, e apesar de a distribuição só se ter iniciado no 2.º trimestre do ano lectivo, verifica-se que a adesão das escolas representa aproximadamente 50% do universo total de alunos do 1.º ciclo do ensino público.

A definição dos limites dos custos elegíveis considerou igualmente a dotação comunitária definitiva prevista no n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de Abril de 2009, que ascende a 2 199 600 €, para o ano lectivo 2009-2010.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento do Regime de Fruta Escolar, aprovado pela Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, determina-se:

1 — Para o ano lectivo 2009-2010, a ajuda respeitante aos custos elegíveis previstos no n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento do Regime de Fruta Escolar (RFE) é paga até ao limite total de 2 248 748 €, do qual:

- a) 1 348 748 € constitui ajuda comunitária;
- b) 900 000 € constitui ajuda nacional, repartida em:
 - i) Custos com produtos hortofrutícolas até ao limite de 634 705€;
 - ii) Custos com medidas de acompanhamento: 265 295 €.

2 — Os valores dos custos dos produtos referidos no número anterior incluem as despesas com o transporte dos produtos.

3 — O financiamento da ajuda nacional dos valores executados é da responsabilidade, em partes iguais, dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da Saúde e da Educação.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, relativamente a cada trimestre lectivo, os organismos competentes do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação transferem para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., os valores necessários para assegurar o pagamento dos pedidos dos beneficiários, depois de devidamente validados por este Instituto.

21 de Julho de 2010. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *António Manuel Soares Serrano*. — Pela Ministra da Saúde, *Óscar Manuel de Oliveira Gaspar*, Secretário de Estado da Saúde. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

203517939

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12024/2010

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respectivos programas operacionais (PO) e estabelece a estrutura das funções de monitorização, de auditoria e controlo, de certificação, de gestão, de aconselhamento estratégico, de acompanhamento e de avaliação, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro, foram instituídas as estruturas de gestão responsáveis pelo exercício das funções das autoridades de gestão dos PO temáticos, incluindo o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), e designados os seus responsáveis, tendo para o efeito sido criadas as estruturas de missão, nos termos previstos no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril.

Finalmente, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 19-B/2008, de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, o Governo aprovou a configuração definitiva das estruturas de missão dos PO temáticos, criando, por esta via e integrados nas respectivas estruturas de missão, o secretariado técnico dos programas operacionais que integram o QREN.

De acordo com a referida Resolução do Conselho de Ministros, os secretários técnicos que integram o secretariado técnico do POVT são nomeados sob proposta da comissão directiva, por despacho do membro do governo coordenador da comissão ministerial de coordenação do referido PO, sendo equiparados a cargos de direcção superior de 2.º grau.

Nestes termos, pelo despacho n.º 14 4000/2008, de 12 de Maio, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 20 de Maio de 2008, foram nomeados os secretários técnicos do POVT.

Atendendo a que, nos termos conjugados do n.º 3 do artigo 19.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 54-A/2008, de 31 de Dezembro, as comissões de serviço destes secretários técnicos cessaram com a tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, é agora necessário proceder à nomeação de novos titulares para estes cargos de direcção superior de 2.º grau.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, rectificada pela declaração de rectificação n.º 19-B/2008, de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2009, de 26 de Agosto, e no n.º 2 e na alínea a) do n.º 3 do respectivo anexo III, determino o seguinte:

1 — Nomeio, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, como secretários técnicos do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT):

- a) Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos, secretário técnico da área de auditoria interna;
- b) Arminda Alves Roldão Bento, secretária técnica da área de assessoria jurídica;
- c) Catarina Alexandra Martins Rodrigues, secretária técnica da área de avaliação, monitorização e comunicação;
- d) Duarte Paulo de Abreu Ladeira, secretário técnico da área operacional 1, «Infra-estruturas nacionais de transportes», acumulando funções com as de chefe de projecto na estrutura de apoio técnico do Programa Operacional Acessibilidades e Transportes do QCA III;
- e) Maria Olívia de Brito Andrade Mendes de Oliveira, secretária técnica da área operacional 2, «Infra-estruturas nacionais de ambiente»;
- f) Maria do Céu Nobre Lourenço Lages, secretária técnica da área operacional 3, «Infra-estruturas do Alqueva e de valorização do sistema urbano nacional»;
- g) António Pedro Varela da Cunha Gomes Coelho, secretário técnico da área operacional 4, «Prevenção e gestão de riscos e infra-estruturas nacionais de valorização de resíduos sólidos».

2 — Ratifico, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, os actos praticados, até ao dia 31 de Dezembro de 2009, pelos secretários técnicos do POVT, Luís Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos, Arminda Alves Roldão Bento, Catarina Alexandra Martins Rodrigues, Duarte Paulo de Abreu Ladeira, Maria

Olívia de Brito Andrade Mendes de Oliveira, Maria do Céu Nobre Lourenço Lages e António Pedro Varela da Cunha Gomes Coelho.

12 de Julho de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascensão Mendonça*.

Nota curricular

Luis Alberto Pires Afonso Pereira dos Santos, 47 anos, é auditor público certificado (CGAP, CCSA) pelo Institute of Internal Auditors, presentemente a desempenhar as funções de Secretário Técnico de Auditoria Interna na Autoridade de Gestão do POVT.

Engenheiro agrónomo (Instituto Superior de Agronomia — UTL), pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa e mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica Lisboa, iniciou a sua actividade profissional em 1987 na gestão de programas e projectos do FEOGA-O, tendo ainda participado na aplicação das ajudas de pré-adesão ao sector agrícola.

Em 1989 integrou a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional na qualidade de técnico responsável por vários programas operacionais regionais e sectoriais apoiados pelo FEDER no âmbito do QCA I.

Em 1993 iniciou a sua actividade de auditor de sistemas e projectos no âmbito do FEDER tendo sido nomeado em 1997 chefe de divisão de Controlo e ascendendo em 2000 ao cargo de director de serviços de Controlo e Informação.

Nesta qualidade coordenou o sector de auditoria e certificação da autoridade de pagamento DGDR, tendo participado intensivamente na estruturação dos sistemas de controlo interno dos QCA II e III, bem como na coordenação do Sistema Nacional de Controlo.

Entre 2003 e 2007 desempenhou funções de auditor sénior enquanto perito nacional destacado junto da DG REGIO da Comissão Europeia, tendo efectuado auditorias de sistemas e projectos do FEDER e FC na Grécia, Chipre, Espanha e Letónia. Adicionalmente foi envolvido na difusão, em vários países da União, de procedimentos de controlo e planeamento de auditoria relativos ao período de programação 2007-2013, bem como na divulgação de boas práticas de gestão de fundos estruturais e procedimentos de controlo interno incluindo acções de benchmarking de projecção no presente período de programação.

Em Outubro de 2007 iniciou a sua colaboração com o POVT, designadamente coordenando o desenvolvimento do modelo de controlo interno do POVT nas suas vertentes de gestão de risco, desenho de procedimentos e sistema de informação.

Em Maio de 2008 foi nomeado Secretário Técnico de Auditoria Interna, cargo que tem exercido até à data e no âmbito do qual tem garantido a execução, interlocução e coordenação de todas as tarefas de auditoria, quer internas quer externas, que têm incidido sobre o POVT, assim como no Fundo de Coesão II (1.º nível sectorial transportes e ambiente) e 1.º nível do dos programas do QCA III, cujo encerramento está cometido à Autoridade de Gestão do POVT.

Adicionalmente refira-se ainda a realização de acções de consultoria prestadas na área da cooperação transnacional e controlo de fundos estruturais, integrando equipas das empresas ECOTEC e Gephyres, enquanto consultor para Espanha e Itália, assim como a participação frequente, como formador, em acções de formação internacionais promovidas pela European Academy e pela OCDE.

Nota curricular

Arminda Alves Roldão Bento, nascida em Ponte de Sor, em 20 de Fevereiro de 1965, Licenciatura no curso de Direito na Universidade Autónoma de Lisboa

Experiência Profissional:

De 1990 a 1992 — Frequência e Conclusão de Estágio de Advocacia, desempenhou as funções inerentes ao exercício da advocacia nomeadamente, elaboração de peças processuais, intervenção em audiências e julgamentos, consultoria jurídica, etc.

1992 — Admitida como Inspectora de Finanças Estagiária na Inspecção-Geral de Finanças; 1993 — Nomeada Inspectora de Finanças; 1998 — Nomeada Inspectora de Finanças Principal, Enquanto Inspectora de Finanças na Inspecção-Geral de Finanças desempenhou funções nas áreas Tutelar Autárquica (1992-1999), Controlos Comunitários (1999-2000) e Serviços Públicos (2002-2003), tendo efectuado o seguinte tipo de trabalhos — Inspecções no âmbito da gestão e funcionamento dos serviços autárquicos, com o objectivo de verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentos por parte dos órgãos autárquicos bem como a análise dos procedimentos de controlo interno implementados nas Autarquias Locais áreas de Tesouraria, Sistema de Cobrança, Transferências Financeiras, Fiscalidade, Empreitadas, Aquisição de Bens e Serviços, Endividamento, Documentos Previsionais, Processamento Geral da Despesa, Prestação de Contas, Pessoal, Relações com Entidades Participadas e Fundos Comunitários (QCA I e QCA II — FEDER, Fundo de Coesão, FEOGA e PEDAP). Inquéritos, Averiguações e Auditorias Financeiras a Serviços Públicos e Auditorias Temáticas, Auditorias de Sistema ao Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e Intervenção Operacional da Renovação Urbana, INTERREG 2 e

Fundo de Coesão. Verificação de Contratos-Programa celebrados entre a Administração Central e as Autarquias, Estudos e Pareceres Jurídicos no âmbito das Autarquias Locais e Fundos Comunitários.

De 2000 a 2002 — Nomeada Directora do Departamento de Obras Públicas e Meio Ambiente da Câmara Municipal do Montijo, exerceu as funções genericamente definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e Regulamento dos Serviços da Câmara, competindo-lhe ainda na área das Empreitadas de Obras Públicas, superintender e coordenar a acção da Divisão de Empreitadas; planejar, promover e desenvolver todos os procedimentos atinentes à contratação e adjudicação de empreitadas de obras municipais, para além de intervenção nos actos públicos de concursos. Coordenou também a Divisão de Ambiente.

2003 — Nomeada Coordenadora da Unidade de Controlo e Auditoria do Programa Operacional da Cultura.

2006 — Nomeada Chefe de Projecto da Unidade de Controlo e Auditoria do Programa Operacional da Cultura, entre outras funções, assegura a realização e coordenação das acções de controlo de 1.º nível, a coordenação, acompanhamento e implementação das recomendações resultantes das auditorias efectuadas ao Programa, elaboração e implementação de normas internas sobre o Sistema de Gestão de Devedores e Comunicação de Irregularidades, acompanha e apoia as auditorias da Comissão Europeia, IFDR (DGDR), e IGF, Tribunal de Contas, Comissão Europeia e outras entidades externas.

Desde Maio de 2008 — Nomeada Secretária Técnica da Unidade de Apoio Jurídico do Programa Operacional Temático Valorização do Território, assegurando, entre outras funções, a elaboração e implementação de documentos relevantes do Programa, nomeadamente, regulamentos internos, contratos com Organismos Intermédios e outros contratos, check lists de contratação pública, análise jurídica e elaboração de pareceres jurídicos sobre questões de diversa natureza (contratação pública, regime jurídico do pessoal da administração pública, etc.), coordenação dos procedimentos de recrutamento de pessoal para o POVT, análise a questões jurídicas suscitadas no âmbito de auditorias efectuadas por entidades comunitárias (CE e TCE) e nacionais (IGF, TC e IFDR).

Formação Profissional mais recente e participação em Seminários:

Sistema Nacional de Controlo Interno em Portugal — Evolução e Perspectivas; o Curso de Auditoria Financeira aos Serviços Públicos, promovido pela NPF, Pesquisa e Formação; Frequência do Curso de Especialização para Auditores do Sistema Nacional de Controlo do QCAIII, promovido em parceria, pela IGF e IFDR (DGDR); o regime jurídico das despesas públicas e de contratação de bens e serviços, pela IGF; o Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e Orientações da Comissão Europeia sobre a área dos mercados públicos, pela IGF; o SIADAP e Gestão por Objectivos e o Novo Regime da Contratação Pública, ambos promovidos pelo INA. Controlo Interno na Administração Pública; o QCAIII e a Reprogramação Intercalar; o Próximo Período de Programação Financeira Comunitária 2007-2013; Regras de Encerramento dos Fundos Estruturais 2000-2006; O Novo Regime da Contratação Pública, pela Empresa de Formação Significado; Financiamento de Parcerias Público Privadas, organizado pela PARPÚBLICA; Acção de divulgação sobre os elementos essenciais relativos à tramitação dos novos procedimentos concursais na administração pública — entidade, organizado pela DGAEP; O procedimento concursal, organizado pela NFP; O processo de avaliação e gestão do desempenho na Administração Pública, organizado pelo INA; Acção de Formação sobre Contratação Pública — Novo CPP, organizado pelo POVT.

Nota curricular

Nome: Catarina Alexandra Martins Rodrigues.

Formação académica:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, concluída em 1996, com a classificação de 13 valores. Frequência do 2.º semestre do 4.º ano na Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Poitiers em França através do Programa Erasmus. Inscrita na Ordem dos Economistas.

Actividade profissional:

Desde 12.05.2008 até à actualidade:

Secretária Técnica da Área de Avaliação, Monitorização e Comunicação do Programa Operacional Valorização do Território (QREN 2007—2013). Responsável pela recolha e tratamento dos indicadores relativos à execução física e financeira e aos resultados do Programa, pela monitorização financeira e estratégica e elaboração dos pontos de situação mensais a apresentar às autoridades de coordenação financeira e estratégica do POVT; responsável pela elaboração do plano de avaliação estratégica e operacional do POVT e acompanhamento da sua execução; responsável pela operacionalização e manutenção do Sistema de Informação do POVT, pela elaboração e revisão dos Manuais de Procedimentos, bem como a sua divulgação pelo Secretariado Técnico e Organismos Intermédios; responsável pela elaboração das propostas de despesa validada a certificar à Comissão Europeia; responsável pela manutenção da página do POVT na Internet actualizada e pela organização das acções de divulgação e de informação e participação em

acções realizadas por outras entidades; responsável pela elaboração dos relatórios anuais e final de execução do Programa.

De 13.04.05 a 11.05.08:

Chefe de projecto, em regime de substituição, da Unidade de Análise de Candidaturas e Divulgação da Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional da Cultura integrado no QCA III (2000 — 2006). Responsável pela coordenação das acções de divulgação do Programa, pela apreciação de candidaturas, acompanhando os processos desde a sua instrução até à sua aprovação, incluindo a elaboração de pareceres técnicos e pela recolha e tratamento da informação relativa aos indicadores de realização física e de resultado; responsável pela preparação das reuniões da Unidade de Gestão e da Comissão de Acompanhamento do Programa e pelo acompanhamento da realização da Atualização da Avaliação Intercalar.

De 02.01.01 a 12.04.05:

Técnica superior principal na Unidade de Acompanhamento Financeiro dos Projectos da Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional da Cultura integrado no QCA III (2000-2006). Exercício de funções técnicas de acompanhamento físico e financeiro dos projectos aprovados, incluindo análise de pedidos de pagamento, de relatórios finais e realização de acções de acompanhamento; colaboração na elaboração dos relatórios de execução semestrais e anuais do Programa.

De 15.09.98 a 31.12.00:

Técnica superior da Estrutura de Apoio Técnico da Componente Cultura do Sub-Programa “Turismo e Património Cultural” integrado no QCA II. Exercício de funções técnicas de apreciação de candidaturas e elaboração de pareceres técnicos, preparação das reuniões da Unidade de Gestão, acompanhamento da execução financeira dos projectos e elaboração de relatórios anuais de execução da referida Componente; colaboração na preparação do Contributo do Ministério da Cultura para o Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006 e na elaboração do Programa Operacional da Cultura, integrado no QCA III.

De Janeiro a Setembro de 1998:

Análise técnico-financeira de projectos de investimento na AERLIS — Associação Empresarial da Região de Lisboa. Exercício de funções técnicas de análise económico-financeira e acompanhamento da execução física e financeira de projectos de investimento candidatos ao Regime de Incentivos às Microempresas (RIME).

De Outubro de 1996 a Janeiro de 1998:

Análise técnico-financeira de projectos de investimento na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR). Elaboração de pareceres relativos à análise administrativa, técnica e financeira de Projectos de Investimento candidatos ao “Regime de Incentivos às Microempresas (RIME)” — Programa “Promoção do Potencial do Desenvolvimento Regional” do QCA II.

Nota curricular

Duarte Paulo de Abreu Ladeira.

Data de nascimento — 13 de Novembro de 1949.

Natural de Ponta do Sol, Madeira.

Licenciado em Economia, pela Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Economia (1969-1974).

Formação Complementar (área económica e financeira e sector dos transportes): Análise Custo—Benefício para projectos no âmbito da União Europeia, EATEL, 2009, Berlim (14 horas); Ajudas de Estado nos Transportes Terrestres, EIPA, 2009 Maastricht (14 horas); Formação para Auditores do Sistema nacional de Controlo, no âmbito do QCA III, ISEG, 2004 (120 horas); Auditoria Financeira, INA, 2003 (60 horas) e Auditoria e Controlo Interno, INA, 2003 (36 horas); Missão de Estudo da OCDE sobre Transporte Urbano e Transporte Combinado — 1995, Paris (15 dias); Concepção e gestão e projectos, INA, 1993 (60 horas); Avaliação Económica de projectos de Investimento — A. P. dos Economistas, 1983, Lisboa (60 horas).

Percurso profissional:

Integra o quadro de pessoal do GPERI — Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais do MOPTC — Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

Desde Maio de 2008, nomeado Secretário Técnico da área operacional 1 “Infra-estruturas Nacionais de Transportes”, do Programa Operacional Temático, Valorização do Território, no âmbito do QREN;

Maio de 2000, nomeado Chefe de Projecto da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, no âmbito do QCA III;

Dezembro de 1997, nomeado Chefe de Projecto da Intervenção Operacional Transportes, no âmbito do QCAII;

Fevereiro de 1985, nomeado Chefe de Divisão no GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento do MOPTC e posteriormente do GCI — Gabinete de Coordenação de Investimentos do MOPTC;

De 1982 a 1985, Técnico Superior do GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento do MOPTC;

De 1975 a 1982, Técnico Superior do FFH — Fundo de Fomento de Habitação do MES: Ministério do Equipamento Social.

Actividade Profissional:

Desde Maio de 2008, na qualidade de Secretário Técnico da Área Operacional 1 do POVT, coordena as actividades da Estrutura de Apoio Técnico no âmbito do Eixo I — Redes e Equipamentos Estruturantes

Nacionais de Transportes”, do Eixo VII — “Infra-estruturas para a Conectividade Territorial e do Eixo X — “Assistência Técnica”

De 2000 a Abril 2008: Participou no Grupo de Trabalho que elaborou a proposta do P.O. Sectorial dos Transportes, no âmbito do QCA III; assegurou a coordenação técnica da intervenção da gestão sectorial Fundo de Coesão Transportes e da área Controlo da responsabilidade da Gestão no âmbito do P. O. Acessibilidades e Transportes; assegurou a coordenação técnica da intervenção da estrutura de apoio técnico no âmbito do P.O. Acessibilidades e Transportes.

De 1994 a Abril 2000: Participou no Grupo de Trabalho que elaborou a proposta do P.O. Sectorial dos Transportes no âmbito do QCA II; participou nas actividades da estrutura de apoio técnico da Intervenção operacional dos transportes, nomeadamente na coordenação da área de controlo da responsabilidade da gestão e do Fundo de Coesão I para os Transportes.

De 1989 a 1993: Participou no Grupo de trabalho que elaborou a Monografia “O Sector de Transportes em Portugal” — GEP/MOPTC, Julho de 1990; Participou no Grupo de trabalho “Investimentos Sectoriais do QCA I”; Participou no poio à gestão do PRODAC — Programa Operacional, do Sector dos Transportes, no âmbito do QCA I, cuja gestão era da responsabilidade do GPERI do MOPTC.

De 1982 a 1988: Participou no Grupo de trabalho “Plano a médio prazo 1983-1986” do sector de transportes; Participou no Grupo de trabalho “Estudo CEE — Transporte combinado rodo-ferroviário”; Participou no “Estudo multi-modal do corredor França Península Ibérica — Magreb” do CETMO (Centro de Estudos de Transportes para o Mediterrâneo Oriental — CEE/ONU); Participou no Grupo de Trabalho “Portos portugueses — Facilidades e Tráfegos” GEP/MOPTC.

De 1975 a 1981: Realizou actividades no âmbito da gestão financeira de apoios do Estado à habitação FFH/MÉS; Realizou actividades no âmbito dos estudos e planeamento no Sector da Habitação FFH/MÉS.

Nota curricular

Maria Olívia de Brito Andrade Mendes de Oliveira.

Nascida em 31 de Agosto de 1958.

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Assessora Principal do Quadro da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (actual Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional — IFDR), desde 1995.

Percurso Profissional:

Secretária Técnica do POVTV (Área Operacional 2) desde Maio de 2008, com responsabilidades na gestão do Eixo II — Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e no Eixo V — Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira.

Indigitada para Coordenadora do Núcleo de Planeamento e Programação da Unidade de Controlo e Auditoria do IFDR.

Entre Novembro de 2007 e Maio de 2008, assegurou a transição das tarefas e responsabilidades da Estrutura de Apoio Técnico do Fundo de Coesão da DGDR para a Unidade de Coordenação da Gestão Operacional do IFDR, IP.

Chefe de Projecto do Fundo de Coesão II da Estrutura de Apoio Técnico da Coordenação do Fundo de Coesão, desde Dezembro de 2000.

Chefe de Divisão de Acompanhamento e Controlo da Direcção de Serviços do Fundo de Coesão, de Setembro de 1996 a Dezembro de 2000, e Chefe de Divisão de Estudos e Projectos da Direcção de Serviços do Fundo de Coesão de Maio, de 1995 a Setembro de 1996.

Técnica Superior na DGDR, de Fevereiro de 1988 a Maio de 1995, e na CCRLVT, de Agosto de 1980 a Fevereiro de 1988.

Síntese da Actividade Desenvolvida:

Integrou o Grupo de Trabalho que preparou a proposta de definição de elegibilidades ao FEDER e Fundo de Coesão para o período 2007/2013 (2007). Acompanhou a execução dos projectos aprovados no Fundo de Coesão I e II — contabilização de despesa, processamento dos pagamentos e certificação de despesa (1995/2007) e foi responsável pela gestão global de tesouraria do Fundo (1995/2007).

Assegurou o acompanhamento das acções de controlo do Fundo de Coesão e a coordenação dos respectivos processos de contraditório (1995/2007).

Participou na organização das Comissões de Acompanhamento do Fundo de Coesão e na elaboração dos relatórios de execução do Fundo (2005/2007).

Coordenou a equipa responsável pela implementação dos Sistemas de Informação do Fundo de Coesão, em articulação com os prestadores de serviços, incluindo a definição de soluções e funcionalidades (2000/2004) e pela equipa que acompanhou as acções de apoio técnico ao sistema (2004/2007); Assegurou a Estrutura de Apoio Técnico da IC RESIDER II (1995/2002) e foi responsável pelo acompanhamento da IC RESIDER I (1990/1996) e pelo acompanhamento do Programa de Assistência Técnica do QCA II; Participou no acompanhamento dos projectos aprovados ao abrigo do Anterior Regulamento FEDER de iniciativa das autarquias, empresas públicas e administração central, candidaturas da responsabilidade directa da DGDR e os grandes projectos aprovados no âmbito do QCA I.

Nota curricular

Maria do Céu Nobre Lourenço Lages.
Naturalidade: Lisboa.
Data de nascimento: 30 de Maio de 1970.
Formação académica: Licenciatura em Direito, pela Universidade Lusíada de Lisboa (1990/1995).
Experiência profissional
Desde Maio de 2008:
Nomeada Secretária Técnica do Programa Operacional Temático Valorização Território da Área Operacional 3, “Infra-estruturas do Alqueva e do Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional”.

De 2004 a Maio de 2008:
Técnica Superior Principal (Jurista) da Estrutura de Apoio Técnico à gestão do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010;

Gestão e Acompanhamento de projectos apresentados no âmbito da Medida III.1 “Promover a Cultura Científica e Tecnológica” e V.6 “Promoção e Divulgação Científica e Tecnológica” do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010;

Elaboração de pareceres jurídicos de candidaturas apresentadas pelos organismos intermédios tendo em vista a sua aprovação em Unidade de Gestão do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010; Coordenação do grupo de trabalho que planificou e elaborou o plano de regularização no âmbito da contratação pública dos projectos financiados pelo FEDER do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010;

De 1998 a 2004:
Técnica Superior Principal (Jurista) na Estrutura de Apoio Técnico à gestão do programa de investimentos sectoriais, com financiamento do FEDER e Fundo Coesão do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes;

Apoio à análise e acompanhamento dos processos de candidaturas, desde a sua instrução até à sua aprovação, incluindo a elaboração de pareceres técnicos e na colaboração funções técnicas de acompanhamento físico e financeiro dos projectos aprovados, incluindo análise de pedidos de pagamento no âmbito do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes.

Formação complementar mais recente e participação em seminários:
Workshop “Cost Benefit analysis for EU projects” — European Academy for taxes, Economics & Law; “Processo de Avaliação e Gestão de Desempenho”, INA; “Novo Código da Contratação Pública”, Tribunal de Contas; Curso Pós-Graduado “Novo Código da Contratação Pública”, Universidade de Direito de Lisboa; “Novas Perspectivas da Contratação Pública”, INA; “Código do Contencioso Administrativo”, INA; “Ciências Jurídico-legais”, Universidade Católica de Lisboa; “Despesas Públicas e Regime Geral das Empreitadas Públicas”, Instituto Americano de Estudos e Comunicação.

Nota curricular

António Pedro Varela da Cunha Gomes Coelho.
Habilitações e formação profissional:
Frequência da Pós-graduação (1 ano) “Gestão e Estratégia Empresarial” do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA). Em fase de conclusão (2006-2007). Frequentou o curso de formação “Avaliação de programas e projectos”, organizado pelo INA, coordenado pelo Dr. Jorge Abreu Simões (28 horas) (2006).

Frequentou o curso de formação “A gestão privada de serviços públicos: Modelagem de parcerias público/privadas”, organizado pelo INA, coordenado pelo Dr. Jorge Abreu Simões (56 horas) (2004).

Frequentou o workshop “Cost-Benefit Analysis in the framework of the European Union Regional Policy”, organizado pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) em colaboração com a Direcção-Geral de Política Regional (DG Régio) da Comissão Europeia (CE) (1 dia) (2004).

Finalizou em 1998 a Licenciatura (5 anos) em Engenharia do Ambiente, ramo Ambiente, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com média final de 14 valores.

Experiência Profissional: Secretário técnico da área operacional 4, «Prevenção e gestão de riscos e infra-estruturas nacionais de valorização

de resíduos sólidos» da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Valorização do Território, desde 12 de Maio de 2008.

Assistência na preparação de candidaturas (período 2000-2007):
Projecto de extensão do Metro de Sofia;
Projecto de construção da Linha 4 do Metro de Budapeste.
Colaboração em projectos de apoio e de formação da administração pública dos novos estados membros da UE, com o objectivo de preparação das actividades de gestão dos fundos comunitários no período 2007-2013:

“Twinning project on PPP n.º CZ/04/IB/FI/04 — Seminar — Component 5 — EU mechanism and Public Private Partnership (PPP)”;
“Phare twinning project BG/04/IB/TR/02/UE — Strengthening the capacity of the Bulgarian Ministry of Transport to manage the Sectoral Operational Programme on Transport under the Cohesion Fund and the European Regional Development Fund”; Colaboração com o consórcio internacional InWent, Consugal, CEEN, e IMCPolska, no “Twinning project PL2002/000-580-01-03 — Preparation for the Cohesion Fund — Training Programme — Poland”.

Trabalhou entre 2001 e 2007 na coordenação nacional do Fundo de Coesão da Direcção Regional do Desenvolvimento Regional do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — autoridade de gestão do Fundo de Coesão II. Procedeu à avaliação e à instrução de 75 candidaturas ao Fundo de Coesão II de projectos nas áreas do ambiente e dos transportes, correspondentes a cerca de 3.272 milhões de euros de investimento total previsto. Acompanhou a execução do universo total de 107 projectos aprovados, com um montante de investimento total previsto de 4.635 milhões de euros.

Ocupou entre 1998 e 2001 o cargo de Quadro Técnico Siderúrgico nos Serviços de Ambiente da Direcção de Qualidade e Ambiente na empresa Siderurgia Nacional — Empresa de Serviços, S. A., onde exerceu funções na área de gestão de resíduos e da qualidade do ar.

203503309

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações**Despacho n.º 12025/2010**

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do Conselho de Administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., de 9 de Junho de 2010, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da EN10-6 — Pontes ao km 1+262 e km 2+477 — Projecto de Reabilitação e Alargamento, tendo agora o seu início previsto no prazo de seis meses, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações n.º 3314/2010 (2.ª série), de 11 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, atendendo ao interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, a utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da EN10-6 — Pontes ao km 1+262 e km 2+477 — Projecto de Reabilitação e Alargamento, identificados no mapa de expropriações e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricular, e dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respectivos titulares. Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S. A.

19 de Julho de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Mapa expropriações DUP**EN 10-6 — Pontes ao km 1+262 e km 2+477 — Projecto de Reabilitação e Alargamento**

N.º Parcela	Nome e moradas dos interessados	Identificação do prédio					Área (m²)
		Matriz		Freguesia / Conselho	Descrição predial	Confrontações	
		Rústica	Urbana				
13	José Antunes Guia, Maria Luisa Casquinha Bandeira e Outros Av. Dr. José Eduardo Victor das Neves, n.º 71 - 1.º Andar Dto 2330-066 Entroncamento	Secção L, n.º 72		Alverca do Ribatejo Vila Franca de Xira	Ficha n.º 5370	Norte: Ribeira Sul: Joaquim Elias e Outro Nascente: Auto Estrada Poente: EPAL	134